

“UNIVERSO CULTURAL”: ESCRAVIDÃO. LIBERDADE E MOBILIDADE NAS MINAS GERAIS

ARTHUR DE LIMA BARRA MELO 

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS –
 BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS – BRASIL

RESENHA

PAIVA, Eduardo França. “*Por meu trabalho, serviço e indústria*”: histórias de africanos, crioulos e mestiçados nas minas, 1716-1789. Belo Horizonte: Caravana, 2022. 438p.

A obra intitulada “Por meu trabalho, serviço e indústria”: histórias de africanos, crioulos e mestiçados nas minas, 1716-1789, publicada no ano de 2022 é resultado das pesquisas realizadas pelo historiador Prof. Dr. Eduardo França Paiva durante seu doutorado. A tese defendida em 1999 foi publicada anos depois de outras obras do mesmo autor, a exemplo de *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*, mantendo forte diálogo com a tese, uma vez que esta obra resulta de parte das análises feitas a priori; Dar nome ao novo: Uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII, sendo a primeira uma publicação parcial da tese apresentada neste texto. Após duas décadas, o autor optou pela publicação do texto original, sem alterações, contudo, apresenta um prólogo no qual explica ao leitor os motivos que o levaram à não alteração do texto, mas sim do título, trocando o termo “mestiço” para “mestiçado” devido a reflexões recentes nas quais o emprego do segundo termo compreenderia “todos os indivíduos nascidos do cruzamento biológico entre pais de diferentes ‘qualidades’ (índio, branco, negro, preto, crioulo, mestiço, mulato, pardo, cabra e caboclo.).

A obra dividida em quatro capítulos possui como temática principal o conceito de “universo cultural”. Para ajudar a compreender a complexidade tanto deste universo, quanto da escravidão, o autor mobiliza outros conceitos como o de mestiçagem, qualidade, condição e mobilidade, como meio de compreender o cotidiano das camadas intermediárias urbanas, com enfoque nos homens e mulheres forros. Para tal, Paiva recorre aos arquivos, tarefa indispensável para o historiador, e utiliza os testamentos e inventários post-mortem como fontes para sua pesquisa. No primeiro capítulo o autor ressalta a importância das fontes utilizadas e da potencialidade informativa delas. A respeito dos testamentos, estes eram divididos em quatro partes, seguindo determinado padrão. A primeira parte tratava de garantir a salvação da alma após a morte, seguindo a premissa do morrer virtuoso; neste momento são encontradas

* Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
 Email: arthur.lbmelo@yahoo.com.br.

invocações devocionais a santos e à Santíssima Trindade, confissões, pedidos de perdão, encomendas de missas e legados deixados à fé cristã. A segunda trata de um inventário resumido, assinalando bens móveis e imóveis, alforrias, coartações, legados aos herdeiros, dívidas e créditos. As seguintes partes tratam das assinaturas, da aprovação do testamento e dos codicilos, termo utilizado para designar as alterações feitas após a finalização da primeira versão. Não menos importante que os testamentos, nos inventários arrolavam-se todos os bens do falecido(a), desde o mais simples ao de maior valor. Acerca da riqueza de informações extraídas dos testamentos e inventários, o autor afirma que

[...] são elementos-chave para estudo das estratégias comunitárias; das organizações coletivas; dos sistemas de valores; dos códigos de sociabilidade; das condutas e expressões culturais desenvolvidas por diferentes agrupamentos sociais (homens/mulheres, urbanos/camposinos, elite/camadas populares - escravos, forros e livres); da consolidação e da metamorfose de mitos.¹

Partindo do excerto acima citado, nota-se que compreender este universo cultural das Minas setecentistas é também compreender a vida cotidiana das populações escravas e forras.

Ainda no primeiro capítulo, o autor, ao tratar das riquezas minerais no que hoje são as Minas Gerais, diz ter sido a descoberta dos diamantes, no que era conhecido por sertão, que despertou o interesse dos mais variados indivíduos, entre eles autoridades e aventureiros, à procura de terras e oportunidades, aumentando consideravelmente o contingente populacional dessa região. Isso demonstra como ao longo dos anos novas questões foram suscitadas por Paiva acerca do assunto e como a utilização de algumas palavras como “descoberta” passa a ser problematizada pela historiografia. Do mesmo modo, falar em declínio da economia nas Minas, ainda nesta obra, é considerada pelo historiador como uma ideia obsoleta. Concluindo este capítulo, o autor diz sobre o declínio da atividade mineradora, enfatizando as outras tantas formas de produção e da importância do comércio para a economia mineira, a exemplo das rotas comerciais e a circulação de produtos secos e molhados.

O segundo capítulo do livro refere-se mais especificamente ao conceito de “universo cultural”. Logo no início, a complexidade do conceito é demarcada pela amplitude de possibilidades e significados para interpretar o mundo setecentista mineiro, marcado pela pluralidade e mobilidade; não sendo esta última sinônimo de desordem ou desorganização. O mundo urbano propiciou contatos; nele circulavam homens e mulheres nas condições de

¹PAIVA, op. cit., p. 67-68.

escravos, libertos e livres; assim como de qualidades diferentes, levando à mestiçagem tanto física quanto cultural, na qual, segundo Paiva,

“misturavam-se informações assim como etnias, tradições e práticas culturais. Novas Cores eram forjadas pela sociedade colonial e por ela apropriadas para designar grupos diferentes de pessoas, para indicar a hierarquização das relações sociais, para impor a diferença dentro de um mundo cada vez mais mestiço.”²

Também será no segundo capítulo que aparecerá claramente o conceito de hibridismo cultural, consequência da coexistência e das práticas que se misturaram. Porém, não podemos simplificar este conceito, levando em conta que hibridismo não pressupõe uma superposição, pelo contrário, evidencia também “espaços, práticas, crenças e ritos que se fizeram impermeáveis e permaneceram resistentes a alterações e adaptações”³. Dada a complexidade, nota-se que o universo cultural nas Minas setecentistas era “mestiço e, também, distinto; era híbrido, mas, também, impermeável”⁴, possuindo fronteiras tênues e em constante movimento.

O terceiro capítulo da obra será dedicado a um estudo tanto quantitativo quanto qualitativo da população das comarcas mineiras do século XVIII. Quantitativa por trazer importantes dados numéricos relativos à distribuição dos escravos nas comarcas, das organizações familiares, do contingente escravo, forros e não brancos nascidos livres, além da origem desses indivíduos. Aqui serão observadas as práticas de liberdade, sejam pelas alforrias, sejam pelas coartações, estratégias para formação de pecúlio e as possibilidades para que elas acontecessem.

A coartação ocorria quando o escravo negociava diretamente com o senhor a compra de sua alforria a ser paga parceladamente, entre um e quatro anos, geralmente. Para acúmulo de pecúlio a fim de realizar os pagamentos, o senhor, por meio da carta de corte, autorizava que esse escravo trabalhasse fora da localidade e de sua vigilância. Houve casos de sucesso e outros sem sorte, como o de Cosme Teixeira Pinto de Lacerda, escravo, letrado e escrivão no cartório, meio pelo qual acumulou pecúlio para compra de sua alforria. A documentação registrou o processo movido na justiça pelo dito escravo contra seus últimos senhores, no qual a alegação do escravo era de ter pagado a coartação e ao final não lhe terem passado a carta de liberdade. Para além da coartação, as alforrias gratuitas e condicionais também foram práticas comuns, e

²PAIVA, op. cit., p. 91.

³PAIVA, op. cit., p. 93.

⁴PAIVA, op. cit.

muitas vezes, deixadas como uma das vontades do senhor nos testamentos. É importante frisar que neste último caso os escravos brasileiros receberam maior número de alforrias em relação aos africanos.

No último capítulo da obra o autor traz à tona exemplos de testamentos que indicam as alforrias, buscando demonstrar como elas afetaram a organização social da época. As alforrias e as futuras ascensões sociais incomodavam a elite branca, não pelo fato de os não brancos estarem associados à vadiagem e práticas corruptas, mas pelo fato de ascenderem economicamente e de adquirirem status social. Outro importante fator era a mestiçagem biológica e cultural entre brancos e negros, contribuindo para que o “universo dos forros”⁵ fosse visto como uma ameaça à hegemonia branca. O capítulo também abarca o formato de vida adotado por alguns escravos após adquirirem a alforria, ou seja, libertos. A este respeito podemos citar o caso de Antônia Nunes dos Anjos, natural da Cidade da Bahia e moradora em Sabará. Em seu testamento contava ser forra há vinte anos, solteira, sem filhos e possuidora de notável patrimônio, além de manter negócios com homens livres nas Minas e na cidade do Rio de Janeiro. Aspecto essencial para compreender a mobilidade e característica de vida de alguns forros que ascenderam tanto social como economicamente.

Infelizmente não cabe neste texto o enorme contingente de exemplos citados ao longo do livro de Paiva. A título de conhecimento, o testamento de Bárbara de Oliveira, crioula, natural de Sergipe d’El Rey, liberta em Minas e moradora de localização privilegiada, no largo da Igreja Grande, em frente à Igreja Matriz da vila de Sabará, nos permite vislumbrar um quadro de ascensão social⁶ de uma ex-escrava nas Minas. A história de Bárbara não retrata somente a mobilidade econômica de uma crioula liberta, mas também a mudança de sua posição social e influência na sociedade colonial. Dados como estes são extremamente ricos para levantar o último aspecto, que essas últimas linhas permitem ressaltar - a materialidade adquirida pelos libertos, forros, em ascensão. Em seu testamento são arrolados além de morada de casas e escravos, “utensílios domésticos, roupas de bastante quantidade e variados tecidos e muitas jóias e outros objetos em ouro, prata e materiais preciosos, sobretudo coral, âmbar e pequenas

⁵PAIVA, op. cit., p. 258. Conceito utilizado pelo autor.

⁶O testamento de Bárbara de Oliveira, datado de 12 de julho de 1735 possui poucas informações sobre sua vida e não evidencia a origem de sua ascensão social.

pérolas”⁷. Todos esses bens materiais serviram para demonstrar o enriquecimento e o papel social do indivíduo na sociedade setecentista, sendo, não obstante, marcas do trabalho, conexões e mobilidade ligada à condição.

Em suma, a obra escrita em 1999 e publicada em 2022, contribuiu substancialmente para compreender o quão complexa foi a escravidão no Novo Mundo, como foram forjadas as relações entre senhor e escravo, fugindo da dicotomia simplista de senhor mal e escravo submisso à sua condição. O texto mobiliza conceitos a exemplo de mobilidade, hibridismo, coexistência e convivência entre libertos, forros e livres das mais diversas qualidades, desenhando o universo cultural que Eduardo França Paiva tomou como eixo central de seu livro.

REFERÊNCIAS

PAIVA, Eduardo França. Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América, entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagens e o mundo do trabalho). Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

PAIVA, Eduardo França. Escravidão e universo cultural na Colônia; Minas Gerais, 1716-1789. Belo Horizonte: EDUFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. “Por meu trabalho, serviço e indústria”: histórias de africanos, crioulos e mestiçados nas minas, 1716-1789. Belo Horizonte: Caravana, 2022. 438p.

Recebido em: 11/03/2024 - Aprovado em: 21/05/2024

⁷PAIVA, op. cit., p.106.